

# Superior Tribunal de Justiça

**RE no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.465.510 - SE  
(2019/0068859-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : MUNICÍPIO DE POÇO REDONDO**  
**ADVOGADO : DANIELA FREITAS DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SE010262**  
**RECORRIDO : PABLO GONCALVES ALVES**  
**ADVOGADO : ARETUSA MARIA SOUZA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - AL013368**

## **EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. PREENCHIMENTO. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 181/STF. SEGUIMENTO NEGADO.**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por MUNICÍPIO DE POÇO REDONDO, com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 426):

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. REVISÃO DE CÁLCULOS DA URV. RECOMPOSIÇÃO SALARIAL. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS RETROATIVAS. PEDIDO PARCIALMENTE PROCEDENTE. AGRAVO INTERNO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO À FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N. 182 DO STJ.

I - Na origem trata-se de ação ordinária em que o ora agravado pleiteia revisar cálculos da URV combinada com recomposição salarial e cobra diferenças remuneratórias retroativas. Na sentença, julgou-se improcedente o pedido. No Tribunal *a quo*, a sentença foi parcialmente reformada, provida a revisão dos vencimentos e parcelas remuneratórias, bem como o pagamento das diferenças salariais decorrentes da errônea conversão em URV, excluindo-se os reflexos sobre o 13º salário ou gratificação equivalente, parcelas de natureza não habitual, abono de férias, parcelas percentuais incidentes sobre o salário e parcelas remuneratórias decorrentes de comissão.

II - Negou-se seguimento ao recurso especial ante a incidência dos óbices referentes à ocorrência da Súmula n. 280/STF e da Súmula n. 7/STJ. Não se conheceu do agravo em recurso especial diante da falta de impugnação dos referidos óbices. A parte agravante, em seu agravo interno, não impugna esses fundamentos.

III - É entendimento desta Corte que não se conhece do agravo interno que não impugna os fundamentos da decisão recorrida. Incidência do enunciado n. 182 da Súmula do STJ.

IV - Agravo interno não conhecido.

# Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 433/452), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa aos artigos 5.º, inciso XXVI; 37, inciso XIV; e 169, § 1.º, inciso I e II, todos da Constituição Federal.

Entende que "o servidor público tem direito a revisar sua remuneração ou incorporar eventual índice de defasagem salarial referente a conversão da moeda em URV até ocorrer uma reestruturação remuneratória realizada pelo ente público, e assim, existindo lei que reestruture a remuneração da carreira do servidor, absorvendo as diferenças, descabe qualquer correção" (fl. 439).

Alega que, "considerando que a presente ação foi ajuizada após o decurso do prazo quinquenal, impõe-se, sem sombra de dúvidas, o reconhecimento da prescrição, nos moldes da Súmula n. 85 do Superior Tribunal de Justiça, uma vez que é incontroverso que a Lei Complementar n. 162/2002, de 30 de agosto de 2002, promoveu uma reestruturação remuneratória na carreira do recorrido, constituindo-se, dessa forma como o termo *ad quem* da incorporação das diferenças de conversão da moeda nos termos determinados pelo Supremo Tribunal Federal no Julgamento do RE 561.836-RN" (fl. 447).

Apresentadas as contrarrazões às fls. 455/459.

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Da leitura do acórdão recorrido, verifica-se que se concluiu pela ausência de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade necessários ao conhecimento do recurso pelo Superior Tribunal de Justiça, **o que impediu a análise do mérito recursal.**

Com efeito, na espécie, o acórdão impugnado no recurso extraordinário não conheceu do agravo interno no agravo em recurso especial em razão da deficiência da impugnação recursal, que não refutou os fundamentos da decisão recorrida, aplicando o enunciado n.º 182 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

E, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Repercussão Geral no RE n. 598.365 RG/MG, "a questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais **tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral**" (Tema 181/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do aludido aresto:

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso "elemento de configuração da própria repercussão geral", conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608.

(RE 598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-06 PP-01480 RDECTAB v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218)

No mesmo sentido, segue precedente do Pleno do Excelso Pretório:

# *Superior Tribunal de Justiça*

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. OBTENÇÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. QUESTÃO RELATIVA A PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. CARÁTER PROTETÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. (...) **3. O Supremo Tribunal Federal já assentou a ausência de repercussão geral da questão relativa ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais, por restringir-se a tema infraconstitucional (Tema 181 - RE 598.365, Rel. Min. Ayres Britto).** 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve prévia fixação de honorários de sucumbência. 5. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.

(ARE 941152 AgR-EDv-AgR, Relator Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018)

Dessarte, tendo em vista que o acórdão ora recorrido não proferiu juízo de mérito na causa, não há repercussão geral na espécie, tendo incidência o Tema 181/STF.

E, exatamente por isso, vale dizer, a não análise do mérito, fica inviabilizado o exame das questões suscitadas neste recurso extraordinário, relacionadas à apontada ofensa aos artigos 5.º, inciso XXVI; 37, inciso XIV; e 169, § 1.º, inciso I e II, todos da Constituição Federal.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, inciso I, alínea "a", primeira parte, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura  
Vice-Presidente